



Curso Participação Política Feminina no Brasil São Paulo, 2, 3 e 4 de setembro de 2008

1. Dados gerais

Data: 2, 3 e 4 de setembro de 2008

Local: Instituto do Legislativo Paulista / São Paulo

Parceiro: Instituto do Legislativo Paulista (ALESP)

Público-alvo preferencial: mulheres líderes que sejam candidatas ou que tenham atuação política

Perfil do público presente: mulheres líderes provenientes de organizações civis e liderança política local, entre 22 e 45 anos

Número de participantes: 30

2. Apresentação

O Curso de Participação Política Feminina no Brasil teve o objetivo de fortalecer a prática política entre as mulheres que têm liderança política, seja na área política partidária ou de organizações civis.

3- Atividades desenvolvidas

O curso foi desenhado no formato de 3 dias inteiros de atividades, no período da manhã e tarde. A abertura contou com a presença do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Vaz de Lima (PSDB), que apresentou dados sobre as mulheres na política do Brasil. Em seguida, Roberto Lamari, diretor do Instituto do Legislativo Paulista, apresentou suas palavras de agradecimento e parceria com a KAS. Aline Soares mencionou a importância das mulheres se capacitarem para conseguir melhores oportunidades e Henning Suhr comentou sobre a atuação da KAS, a participação política das mulheres na Alemanha e os esforços de se promover a democracia.

Conforme o programa, Aline Soares foi a primeira palestrante e apresentou o histórico da participação política feminina no Brasil. A deputada estadual do PSDB, Célia Leão, apresentou sua trajetória política às participantes, destacando palavras de incentivo e motivando o debate.

Após as participantes se apresentarem, o palestrante Rubens Figueiredo apresentou brevemente estratégias de marketing político e campanha eleitoral. Lúcia Avelar tratou dos temas das cotas para mulheres. Ela apresentou as duas visões predominantes: as de que as cotas de ação afirmativa ajudam no desenvolvimento e melhora do país; e a visão de que as cotas são limitadoras da capacidade dos grupos e são atitudes patriarcais. Ela defendeu a primeira opção, alegando que há enorme vantagem nas cotas e na lista fechada e hierarquizada para mulheres na política, já que o nome das mulheres estaria garantido nas listas em boa colocação. Também tratou da carga negativa presente na palavra feminismo, para mostrar que é um conjunto de valores em nome da igualdade. O debate mostrou a importância das mulheres se mobilizarem e conhecerem as mídias para conseguirem mobilizar o eleitorado feminino.

José Mário Brasiliense, da Oficina Municipal, apresentou dados sobre política local. Apenas 12% dos recursos vão para os municípios brasileiros e, por isso, não se pode investir em política local com qualidade. Foi apresentada também uma discussão sobre Lei Orgânica dos Municípios, assim como a necessidade de se oferecer cursos de formação para funcionários públicos que passam nos concursos e começam a trabalhar sem possuir o conhecimento técnico necessário. Outro ponto foi que os Conselhos Municipais são a base de entrada da cidadania, mas a população desconhece e não aproveita. No caso do Orçamento Participativo, só atinge 10% do orçamento, o que gerou muita frustração depois de um tempo, pois as pessoas tinham grandes expectativas de atuar cada vez mais, mas o valor do orçamento não conseguia acompanhar as demandas apresentadas. Cada vez fica mais evidente no país a falta de administração pública e ausência de formação dos políticos e gestores públicos, que não estão preparados para administrar. Assim, no Brasil, audiências públicas, referendos, debate sobre orçamento participativo ou qualquer outra instância em que a população atua não funciona porque já vem "corrompida" da base.

A consultora de imagem, Celene Araújo, tratou do tema de quociente emocional para mostrar às participantes a importância da ética e do combate à corrupção com apresentação de vídeo. As participantes foram orientadas a se apresentar de frente para as câmeras, além de exporem sua postura política.

Um comentário interessante apresentado por uma das participantes é que a KAS dá um tapa na cara do Brasil ao oferecer um curso gratuito de formação política e o Estado brasileiro não oferecer nada para os brasileiros.

As mulheres foram gravadas ao longo do dia de debate e puderam se apresentar em frente as câmeras de vídeo. No último dia de curso as mulheres puderam assistir as filmagens do dia anterior e foram avaliadas pela consultora. A presença de uma psicóloga e de Sílvia Rita, assessora política do PSDB Mulher, foram de grande valia pois deram ótimas dicas para as participantes.

Sinoel Batista apresentou dados sobre realidade da pobreza e exclusão social no Brasil. Também comentou sobre o processo de abolição da escravatura no Brasil e como isso atrapalhou o acesso a políticas públicas para os antigos escravos e seus descendentes, porque atualmente eles são um peso para o governo e o Estado não consegue atingi-los de maneira adequada para inseri-los em uma cidadania com dignidade. Na periferia das cidades médias e grandes fica evidente a exclusão de milhares de mulheres e crianças. Assim, podemos constatar que a cidadania se mercantilizou de tal forma que hoje o cidadão é um mero consumidor e usuário, tanto é que não se discute as políticas públicas nos partidos políticos. No máximo alguns cidadãos ligam para o serviço de ligação 0800 do governo para reclamar de alguma coisa. A família brasileira está se tornando monoparental (sempre a mãe sendo responsável pelos cuidados com a família) e as políticas públicas baseadas na igualdade são injustas com estas públicas. A manutenção da igualdade em uma sociedade desigual só serve para aprofundar ainda mais a desigualdade presente. A universalização das políticas públicas só valeria no Brasil se existisse equidade entre as pessoas. Assim, é importante pensar em como materializar condições para que as mulheres entrem para a política. Hoje são poucos os partidos políticos que tratam sobre o tema gênero. Os partidos políticos no Brasil ainda têm dificuldade para ser

governo ou oposição à globalização, porque acredita-se que a responsabilidade da política pública é do gestor. Contudo, o Estado não é uma empresa e não deve ser entendido de tal forma, ou tratará os cidadão como mercadoria. A ideologia por trás do modelo educacional brasileiro, por exemplo, deixa clara uma política sexista e machista, fazendo um círculo vicioso de reprodução dos padrões machistas da sociedade.

A última conferência do curso foi a de Sílvia Rita Souza, que analisou o conceito de liderança feminina, orientou as participantes em relação à necessidade de ser criar redes de contato entre elas e demais instituições públicas e privadas que tratam o tema do feminismo para que elas possam ter uma inserção na política menos difícil.

Após a última rodada de perguntas e comentários, as participantes receberam material para avaliar o curso. As observações gerais e comentários foram bastante pertinentes. O evento foi encerrado com palavras finais de encorajamento a todas, depois das avaliações.

4. Desdobramentos e avaliação

Após a realização do Curso, podemos avaliar que o tema da participação política feminina no Brasil é de grande relevância. O país possui uma situação de exclusão das mulheres tanto da prática política como das políticas públicas. O curso ajudou a enfatizar a necessidade de possuir clareza de objetivos e definição do público-alvo para determinado programa de atividades.

As avaliações que as participantes fizeram mostram que o curso foi bastante satisfatório, com elevado grau de aceitação. No entanto, ficou evidente a capacidade do curso de originar maior disposição e motivação política após 3 dias de intensa atividade. Assim, é correto avaliar que o Curso atingiu seus objetivos de proporcionar conhecimentos teóricos e técnicos sobre participação política, além de ter promovido intercâmbio e oportunidade de articulação entre as participantes e suas instituições, com aumento significativo no grau de interesse por política e motivação das envolvidas para atuarem mais ativamente no processo.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2008.

Aline Bruno Soares